



Plenário tem pauta trancada por oito medidas provisórias

A MP mais complexa é a que concede quase R\$ 3 bilhões em incentivos fiscais para diversos setores, como o aeronáutico. Outras duas MPs em pauta reajustam benefícios previdenciários e o salário mínimo.

A pauta das sessões ordinárias do Plenário está trancada por oito medidas provisórias. A mais complexa é a MP 472/09, que concede incentivos fiscais a diversos setores da economia. O relator Marcelo Ortiz (PV-SP) já apresentou um **projeto de lei de conversão** Quando é alterada pelo relator, a medida provisória passa a tramitar como projeto de lei de conversão. O projeto recebe esse nome por ter o objetivo de converter a medida provisória em lei. Quando não é alterada, a MP não muda de nome durante a tramitação. As alterações feitas à MP são submetidas ao presidente da República, que tem poder de veto. para a matéria. Nas sessões extraordinárias, que ainda não têm uma pauta definida, os deputados poderão votar **projetos prioritários** escolhidos pelos líderes.

O custo dos benefícios dados pela MP 472/09 é estimado pelo governo em cerca de R\$ 3 bilhões em 2010. Um dos principais pontos é a suspensão de tributos para a construção de refinarias e indústrias petroquímicas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

No caso de materiais de construção e de bens de informática, o relator limita a concessão do benefício aos produtos que não possuem similares no mercado nacional.

Previdência Social

Uma MP que deve provocar muitos debates é a 475/09, que reajusta em 6,14% os benefícios da Previdência acima de um salário mínimo. O percentual vale a partir de 1º de janeiro de 2010 e corresponde ao INPCMede a variação de preços da cesta de consumo das famílias de baixa renda, com salário de um a seis mínimos, entre os dias 1º e 30 do mês de referência. Abrange nove regiões metropolitanas do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Porto Alegre e Curitiba), além do município de Goiânia e de Brasília. O índice é calculado pelo IBGE desde 1979 e é muito utilizado como parâmetro para reajustar salários em negociações trabalhistas. mais aumento real de 2,518%, equivalente a metade da variação positiva do PIBIndicador que mede a produção total de bens e serviços finais de um país, levando em conta três grupos principais: - agropecuária, formado por agricultura extrativa vegetal e pecuária; - indústria, que engloba áreas extrativa mineral, de transformação, serviços industriais de utilidade pública e construção civil; e - serviços, que incluem comércio, transporte, comunicação, serviços da administração pública e outros. A partir de uma comparação entre a produção de um ano e do anterior, encontra-se a variação anual do PIB. em 2008.

No ano passado, os partidos de oposição obstruíramRecurso utilizado por parlamentares em determinadas ocasiões para impedir o prosseguimento dos trabalhos e ganhar tempo. Em geral, os mecanismos utilizados são pronunciamentos, pedidos de adiamento da discussão e da votação, formulação de questões de ordem, saída do plenário para evitar quorum ou a simples manifestação de obstrução, pelo líder, o que faz com que a presença dos seus liderados deixe de ser computada para efeito de quorum. as votações em plenário defendendo a votação do PL **1/07**, ao qual foi incorporada emenda do Senado que dá, a todos os aposentados pela Previdência, reajuste igual ao do salário mínimo (INPC mais variação integral do PIB).

Salário mínimo

O salário mínimo também está em pauta. A MP **474/09** aumenta o valor de R\$ 465 para R\$ 510 a partir de 1º de janeiro deste ano. O reajuste de 9,67% inclui a variação do INPC de fevereiro a dezembro de 2009 e a variação do PIB de 2008.

Recicláveis

Outra MP que tranca a pauta é a **476/09**. Ela concede um crédito presumido. O crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) foi instituído pela Lei 9.363/96. O objetivo é ressarcir os exportadores do pagamento das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins, incidentes sobre as respectivas aquisições, no mercado interno, de matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem, para utilização no processo produtivo. O desconto nos impostos a serem pagos, chamado crédito presumido, é calculado com base em uma estimativa do lucro das empresas. de IPI Imposto federal cobrado sobre mercadorias industrializadas, estrangeiras e nacionais. O IPI é um imposto seletivo, porque sua alíquota varia de acordo com a essencialidade do produto, e não-cumulativo, ou seja, em cada fase da operação é compensado o valor devido com o montante cobrado anteriormente. às empresas que usarem artigos recicláveis como matérias-primas na fabricação de seus produtos. Esses itens deverão ser adquiridos diretamente de cooperativas de catadores.

Um regulamento do Executivo definirá quais materiais podem gerar o crédito presumido, que deve ser usado para abater o IPI a pagar apenas dos produtos que contenham essa matéria-prima.

Orçamento de estatais

A quinta MP que tranca os trabalhos é a **477/09**. Ela concede crédito extraordinário de R\$ 18,1 bilhões a ministérios e estatais no Orçamento de 2009, mas cancela outros R\$ 14,6 bilhões, a maior parte de investimentos.

Recursos próprios das empresas do governo da ordem de R\$ 2,5 bilhões serão usados para compor o novo crédito.

Seguro habitacional

O seguro habitacional vinculado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) é extinto pela MP **478/09**. O governo argumenta que poucos mutuários escolhem esse serviço.

A Caixa Econômica Federal será responsável por administrar os seguros já feitos nessa modalidade até dezembro de 2009, em lugar das seguradoras ou agentes do sistema habitacional.

A MP também prevê um aporte de R\$ 172 milhões, pela União, ao Fundo de Desenvolvimento Social, com o objetivo de financiar moradias para famílias de baixa renda organizadas em cooperativas ou associações.

Carreiras do Executivo

A MP **479/09** faz mudanças em leis sobre carreiras da administração pública federal, para corrigir problemas surgidos quando foram vetadas partes de outras três MPs. Ela aproveita o texto do PL 5918/09, ainda não votado pelo Congresso.

Segundo o governo, o impacto orçamentário já estava previsto no projeto e nas MPs, e o custo total das mudanças será de aproximadamente R\$ 31,7 milhões em 2010 e nos próximos dois anos.

Repasse a municípios

A última MP que tranca os trabalhos é a **480/10**, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,37 bilhão a vários ministérios. Desse total, um crédito de R\$ 384 milhões destina-se ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) **Transferência constitucional da União aos municípios, composta por 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. Para efeitos do FPM, os municípios são divididos em 16 faixas populacionais; assim, cada um deles recebe recursos proporcionais ao seu número de habitantes, de acordo com cálculos feitos anualmente pelo IBGE.)** para recompor perdas ocorridas devido à queda de arrecadação de tributos federais por causa da crise econômica. O FPM é composto por uma parte desses tributos.

Ao Ministério da Integração Nacional, a MP concede R\$ 384 milhões para o atendimento a vítimas de desastres naturais ocorridos no final de 2009 nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste.